

A FLOR INESPERADA E OS FRUTOS INÉDITOS:

O VATICANO II COMO PROCESSO

João Décio Passos*

*Dr em Ciência Sociais e Livre-Docência pela PUC/SP

Resumo:

A reflexão interpreta o Concílio Vaticano II a partir da categoria *processo*. Afirma que o evento conciliar deve ser entendido como uma construção que não contou com decisões prévias, mesmo no que se referia à tradição teológica. Os padres conciliares foram sujeitos de um processo aberto que contou com o diálogo permanente, princípio e método que regeram as reflexões, os debates e as decisões conciliares. A ideia de processo revela o Vaticano II nas suas fases de preparação, de realização e decisão. Os resultados finais do evento foram, nesse sentido, inéditos e lançaram Igreja e um período não menos aberto de recepção das decisões em cada contexto eclesial.

Palavras-chave: História; Construção, Processo; Vaticano II; Método, Processo.

Abstract:

The reflection is on the Second Vatican Council from the category of process. There is claim that the council event should be understood as a construction that did not count on previous decisions, even when it came to the *theological tradition*. The Council fathers were the *subject of* an open process with the permanent dialogue, principle and method, which governed the reflections, debates and

council decisions. The idea of process reveals the Vatican II in its stages of preparation, implementation and decision-making. The results of the event were, accordingly, breakthroughs and that led the Church to a period no less open to welcome the decisions in each ecclesial context.

Keywords: History: Construction, Process; Second Vatican Council: Method, Process.

Quando se recebe um texto concluído, como no caso dos Documentos promulgados pelo Concílio Vaticano II, corre-se o risco não somente de ignorar o processo que o produziu, mas também de permanecer em sua literalidade e, por essa razão, deformar o seu verdadeiro significado. O velho princípio hermenêutico que afirma a necessidade de localizar todo texto em seu contexto, bem como buscar a história de sua construção permanece válida para a compreensão atual dos textos conciliares. Em outros termos, o espírito e a letra dos textos se articulam de maneira mais explícita quando se buscam as intenções do autor do mesmo texto. Cinquenta anos depois do evento conciliar o risco de se perder a visão do processo que o gerou e o conduziu se torna cada vez mais real, sobretudo, quando o próprio texto vai se tornando rotina em suas promessas, ou sendo sempre mais desconhecido das gerações atuais. O Concílio Vaticano II, assim como os demais, é mais que um conjunto de orientações promulgadas na forma de Documentos; é, antes de tudo, um processo eclesial que redireciona a Igreja em relação a si mesma e em relação à sociedade. Nesse sentido trata-se de um processo em pleno curso, de uma era eclesial que busca os modos de concretização.

Porém, além dessas razões hermenêuticas e históricas, a percepção do processo conciliar faz justiça ao próprio evento, ou, mais precisamente, aos princípios e métodos adotados pelos padres conciliares, na busca crescente de autonomia da grande assembleia para traçar os próprios rumos e para instaurar um *modus operandi* condizente com a postura do diálogo. A regra da construção regia, de fato, os diversos sujeitos envolvidos nas reflexões, nas discussões e nas decisões conciliares. Como que em campo aberto os padres semeavam suas ansiedades e buscavam os caminhos mais adequados ao visado *aggiornamento* da Igreja no mundo contemporâneo. E como não poderia ser diferente, a própria consciência da historicidade da tradição cristã e, por conseguinte, da ne-

cessidade de sua permanente adaptação estrutural em muitos aspectos o pensamento conciliar, em nítida alternativa a uma racionalidade tradicional de cunho essencialista e, por demais, fixista. Construir uma decisão conciliar verdadeiramente colegiada não constituiu, de modo algum, tarefa fácil e nem mesmo um percurso que se mostrasse claro e seguro. Ao contrário, os padres lançaram-se em um percurso de permanente aprendizagem que renovava suas mentalidades e suas próprias práticas eclesiais, marcadas que eram pela tradição escolástica majoritária entre eles e pelo exercício a modos jurídicos da função episcopal.

As reflexões que seguem visam expor esse aspecto fundamental do Vaticano II: um concílio construído por vários sujeitos em um processo coletivo de reflexão e decisão e que lança a Igreja em uma nova fase de sua história. Se, de fato, em última instância toda assembleia conta com o imprevisível, a do Vaticano II adotou essa postura como seu princípio e método. Sem alvo direto – um inimigo a ser condenado ou uma ideia herética precisa a ser combatida – o Vaticano II buscou um novo modo de ser e de pensar a Igreja e o mundo e de estabelecer a relação entre as duas grandezas.

1. A categoria processo

O conceito de processo (*processus*, do latim) evoca a ideia de movimento de um ponto ao outro, de avanço e mudança em uma direção aberta, mudança que vai sendo construída sem decisões *a priori* e sem um ponto de chegada previamente conhecido. Diz respeito, portanto, a algo que é construído e que se contrapõe às essências pré-estabelecidas e substâncias estáticas, dando lugar ao contexto que, conjugando variáveis, produz algo novo e, muitas vezes, inédito¹. A consciência do processo é amadurecida no contexto da modernidade, quando a experiência histórica se torna central nas relações humanas, lugar em que os interesses e os jogos concretos de forças dos sujeitos autônomos possibilitam um determinado acontecimento. A história se constrói como resultado de sujeitos, conjunturas e estratégias e não deriva de roteiros previamente definidos por forças transcendentais ou por decisão de alguns sujeitos iluminados ou detentores de direitos superiores. Com efeito, o processo assumido como categoria analítica no exame de um acontecimento exige sempre, olhar para o contexto em que esse ocorre, detectando no mesmo as heranças do passado, os seus sujeitos concretos e as utopias em curso. A análise dos processos históricos rege-se pela

¹ Verbete “Processo”. In J. FERRATA MORA, *Dicionário de Filosofia* Vol. III. São Paulo: Loyola, 2007.

convicção de que não há qualquer resultado final que não seja consequência de uma construção concreta, para a qual contribuem as intenções explícitas ou ocultas, os projetos previamente traçados e o dado inédito; exige também atenção a cada passo dado que compõe na cadeia geral de causas e consequências, o acontecimento como um todo. Analisar o processo histórico significa também verificar os sujeitos envolvidos nos acontecimentos, sendo esses imbuídos de visões e interesses distintos que concorrem para a construção em curso, onde podem valer as regras do confronto, da negociação e do acordo.

O Concílio Vaticano II visto como processo situa-se, desse modo, em um contexto eclesial demarcado por tendências e forças político-eclesiais, por heranças do passado que configuram o capital simbólico da Igreja católica e do cristianismo, bem como por um projeto de renovação – *aggiornamento* – lançado pelo Papa João XXIII. Nenhuma teologia da história, da Igreja ou da hierarquia poderá ocultar esse dado real que possibilitou e/ou limitou os rumos das decisões conciliares, durante os anos que fizeram o grande evento, desde o primeiro anúncio e 25 de Janeiro de 1959. A imagem, ou o conceito, de um Concílio acabado que todos receberam inevitavelmente podem, muitas vezes, esconder o que foi o evento do ponto de vista de sua construção concreta. Ademais, uma eclesiologia um tanto idealizada de uma Igreja vivenciada como comunidade fraterna e inspirada, fiel à grande tradição e definida como unidade de pensamento e de ação tende a ocultar as divergências inerentes a toda assembleia, as lutas e os acordos estabelecidos nos bastidores e as condições de possibilidade que limitam as discussões e definições. É possível pensar o processo teologicamente, o que, de fato, alguns teólogos já fizeram a partir da filosofia de Alfred N. Whitehead.² Os concílios constituem de um modo geral, momentos emblemáticos que podem requerer, em certa medida, essa teologia, na medida em que configuram momentos de decisão que envolvem participações diversas, discernimentos de fatos concretos e busca de consenso. Todo concílio é realizado como estratégia eclesial que visa ler os desígnios de Deus nos limites da história, quando a verdade se obscurece ou a ambiguidade se impõe no seio da comunidade cristã, colocando em risco a própria fidelidade da Igreja aos seus fundamentos. É a própria tradição viva que busca em cada contexto fazer-se fiel ao seu carisma original e comunicá-lo ao seu tempo. A transmissão da tradição é um processo de interpretação e

² Verbetes “Process Theology”. In J-Y, LA-COSTE, *Dicionário crítico de teologia*. São Paulo: Paulinas /Loyola, 2004.

atualização sempre em curso e sempre renovado, no qual se pode verificar a fé que interpreta a si mesma concomitante à interpretação da história presente.

O Concílio Vaticano II se insere nessa longa tradição com grande originalidade. Do ponto de vista eclesial, significou uma experiência de conscientização eclesial em que cada sujeito envolvido pôde assumir gradativamente a postura de um sujeito eclesial autônomo e ativo, rejeitando ser conduzido por decisões alheias às possibilidades coletivamente instituídas na grande assembleia e vivenciando um trabalho coletivo com rumos e métodos sempre mais claros. Não obstante as regras previamente estabelecidas para o funcionamento das sessões conciliares,³ o Vaticano II foi construindo seus próprios rumos, do ponto de vista da dinâmica de trabalho e das ideias mestras que compuseram progressivamente o núcleo do pensamento conciliar.

2. O Vaticano II como processo

Os Concílios lembram não somente que a Igreja tem uma missão histórica de comunicar a mensagem de salvação de Jesus Cristo, mas também que ela própria é histórica, na medida em que busca em cada época ser a esposa fiel de Jesus Cristo. O princípio clássico *Ecclesia semper reformanda* expressa essa dimensão de renovação permanente, quando o carisma redundava em renovação da imagem visível e das estruturas organizacionais (cf. *Evangelii Gaudium*, nn. 27-33). A transmissão da tradição se mostra também como processo de conservação-renovação, como ato de preservar uma verdade que vai sendo interpretada em cada tempo e lugar e não como um conjunto de formulações fixas e imutáveis que se reparam de modo literal em todos os tempos. O Papa João XXIII bem lembrava aos padres conciliares em seu discurso de Abertura do Vaticano II que: *Uma coisa é a substância do «depositum fidei», isto é, as verdades contidas na nossa doutrina, e outra é a formulação com que são enunciadas, conservando-lhes, contudo, o mesmo sentido e o mesmo alcance.*⁴ A formulação da doutrina é uma tarefa da Igreja no decorrer da história para que ela se faça viva e eficaz em cada contexto sempre em mutação.

O Concílio Vaticano II deve ser visto como um processo histórico-eclesial, resultado de uma longa temporalidade de relações da Igreja com a modernidade e, ao mesmo tempo, resultado de uma busca de consenso entre diferentes sujeitos eclesiais que, de diferentes maneiras, fizeram a assembleia

³ Cf. Verbete “Regulamento”. In J. D. PASSOS – W. S. SANCHEZ. *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus / Paulinas, 2015.

⁴ JOÃO XXIII, *Gaudet Mater Ecclesia* - Discurso de abertura do Concílio Vaticano II, n. 5.

conciliar. A ideia de processo oferece elementos que possibilitam superar certas concepções puristas de Igreja, conceitos fixistas e unitários de Magistério e doutrina, assim como visões ingênuas de um consenso eclesial harmônico e, no limite, de um texto doutrinal unitário construído e promulgado como peça orgânica. A comunidade de fé recebe quase sempre os textos do Magistério como um produto acabado e, por via de regra, traduzido em orientações específicas e práticas. Por se tratar de um texto a ser acolhido pela fé no interior de uma tradição bem definida, ele tende a esconder os processos que o produziram e, de modo particular, os dissensos e os conflitos inerentes a toda construção de consenso. Em nome da verdade certa e segura se oculta, por inconveniência ou por prescindência, os processos subjacentes às formulações doutrinárias.

Evidentemente, o estilo adotado pelos textos do Vaticano II favorece menos esse tipo de recepção, uma vez que os padres optaram por uma linguagem descritiva, distinta das linguagens definitórias, formais e jurídicas adotadas pelos demais Concílios.⁵ Nesse sentido, as recepções do Vaticano II dão lugar a uma maior pluralidade hermenêutica e, ao mesmo tempo, dispõem um campo desafiante para os trabalhos dos teólogos e dos pastores, no momento que buscam nos textos tanto os princípios gerais quanto as aplicações práticas. Os textos conciliares pedem, de imediato, interpretações. Mais que uma letra definida, o Vaticano II ofereceu um novo espírito para o *aggiornamento* da Igreja. O risco de se ter uma visão ingênuas e mítica das definições conciliares que cai pronta do céu ou nasce acabada em cada sessão conciliar pode-se dizer é menor que em outros concílios. O processo pós-conciliar testemunha esse sentido de um novo ponto de partida para a Igreja. O Papa Paulo VI assim se expressava em Audiência de 12 de janeiro de 1966: *O concílio (...) deixa após si algo que dura e que continua a agir. O Concílio é como um manancial que dá nascimento a um rio. Pode a fonte estar situada ao longe, mas a corrente do rio nos segue (...). O Concílio não nos obriga tanto a olharmos para trás, a considerarmos o ato de sua celebração, senão que nos obriga a considerarmos a herança que ele nos deixou, e que está presente e perdurará pelo futuro.*⁶

Uma racionalidade do processo expõe a historicidade das ideias, das teorias e dos paradigmas que compuseram o Vaticano II no *antes* (os Discursos de João XXIII, os trabalhos preparatórios com as diversas comissões) no *durante* (as quatro Sessões com os três intervalos, os padres e peritos, a diver-

⁵ Cf. J. W. O' MALLEY, *O que aconteceu no Vaticano II*, São Paulo: Loyola, 2014, pp. 56-64.

⁶ In B. KLOPPENBURG, *Concílio Vaticano II*. Vol. V. Petrópolis: Vozes, 1966, p. 519.

sidades de ideias, os esquemas rejeitados e os esquemas novos que foram elaborados, as aulas conciliares com seus debates e as votações) e no *depois* (as recepções e aplicações das decisões conciliares, as interpretações e os rumos da reflexão e das práticas eclesiais pelo mundo afora). E o próprio Concílio teve essa consciência de ser o lançamento da Igreja para uma nova forma de se relacionar com a história, o que exigiria o esforço permanente de discernir a realidade em cada época e lugar, como bem formulou a *Gaudium et Spes: Para desempenhar tal missão, a Igreja, a todo momento, tem o dever de perscrutar os sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho, de tal modo que possa responder, de maneira adaptada a cada geração às interrogações eternas sobre o significado da vida presente e futura e de suas relações mútuas* (GS 4).

A consciência eclesial conciliar expressa nesse texto se mostra na historicidade da Igreja que, para exercer sua missão, deve discernir permanentemente o tempo histórico. O Concílio conectou a Igreja não somente àquele momento histórico em que ele se realizava, mas à própria história que revela em seu processo os sinais de Deus.

3. O Vaticano II inserido na história

A compreensão do Vaticano II como processo exige um olhar sobre sua posição dentro da história mais ampla, da história que o possibilitou e o construiu, do ponto de vista social, teórico e eclesial. O Concílio é o resultado de um desdobramento de mudanças históricas que vinham de longa data reestruturando a práxis e o pensamento da humanidade no percurso longo da chamada modernidade. É dentro desse quadro de longa temporalidade que o evento conciliar se insere como busca da Igreja por si mesma dentro da história, dialética que vai se aprofundando de maneira múltipla, com oposições, com paralelismos e com interações. Com um olhar diacrônico é possível perceber essas distintas posições configurando grandes fases na relação dialética da Igreja com a modernidade, desde as lutas travadas no século XIX e início do século XX, contra a mentalidade e, até mesmo, com instituições modernas, passando por uma fase de trégua em que prevalece certo paralelismo com as mudanças modernas, sobretudo, no interior das grades crises do século XX, até as primeiras interações dos leigos que se lançam nas atividades sociais e políticas e dos teólogos que produzem as primeiras pontes com o pensamento e as ciências modernas, até as declarações oficiais do Papa Pio XII ⁷ e os desfechos ocorridos

⁷ Cf. M. CHINIGO. *Pio XII e os problemas do mundo moderno*. São Paulo: Melhoramentos, 1959.

⁸ Cf. Sobre o conceito de dialética múltipla suas operações analíticas: G. GURVITCH, *Dialética e sociologia*, São Paulo: Vértice, 1987, pp. 182-211.

com a realização do concílio. Mas é também possível perceber essa dialética múltipla⁸ de modo sincrônico no período que antecede o Concílio, seja no posicionamento dos distintos sujeitos eclesiais (os leigos que se interagiam com as estruturas modernas em nome da fé, os clérigos que permaneciam *distantes ou indiferentes* aos acontecimentos e os Papas que condenavam), nos pronunciamentos oficiais (as oposições frontais ao mundo moderno como ameaça à fé e a Igreja, as indiferenças em relação aos frutos inevitáveis da modernidade, sobretudo no campo das tecnologias e as aberturas para certos valores) e nas práticas das comunidades eclesiais que de igual modo muitas vezes rejeitam (sobretudo as mudanças de costume), ignoram (muitos frutos da modernidade) e interagem com ideais e lutas modernas (cristãos comunistas, por exemplo) e com o pensamento e as ciências (os diversos profissionais que se declaram modernos e cristãos).

A Igreja foi interagindo-se com a mentalidade e a práxis modernas de modo variado, porém de modo efetivo e sempre mais abrangente. Vale recordar os processos de modernização do pensamento e da práxis cristã no interior da Igreja desde o século XIX e, de modo muito forte, no início do século XX. Muitos cristãos se modernizam, permanecendo, contudo, no espírito de legítima pertença a uma Igreja que insistia nos esquemas pré-modernos e anti-modernos como eticamente superiores. Não se tratava, evidentemente, de um acolhimento irrestrito de todas as estruturas modernas, mas de um esforço crítico e criativo de discernimento e ação dos cristãos no mundo de então. Esse movimento teve sua expressão maior na França e plantou na prática as primeiras sementes do que veio a constituir o pensamento social da Igreja. Em 1848 Frédéric Ozanam conclamava que:

a Igreja de nossos dias possa também arrastar os católicos franceses no caminho que Ela lhes abre. Vençamos nossas repugnâncias e nossos ressentimentos e voltemo-nos para essa democracia, para esse povo que não nos conhece ainda. Levemos a ele não apenas nossos sermões, mas nossa colaboração. Ajudemos o povo não apenas com esmolas que humilham, mas com nossos esforços para criar instituições capazes de emancipá-lo e de promovê-lo. Passemos para o lado dos bárbaros.⁹

⁹ Cf. F. B. ÁVILA. *O pensamento social cristão antes de Marx*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1972, p. 236.

de contribuir com a construção de uma ordem mais justa, sobretudo para os trabalhadores, grandes vítimas da nova ordem econômica e presa fácil dos movimentos socialistas. De fato, a Encíclica *Rerum Novarum* (1891), não obstante reafirme ainda uma Igreja reticente ao projeto da modernidade, demarca uma nova postura da Igreja em relação à participação dos sujeitos na sociedade: o cristão é visto, desde então, como protagonista da sociedade moderna, aquele sujeito ativo que chega onde não consegue chegar efetivamente à hierarquia da Igreja. Na luta contra os males modernos, o cristão católico é, por conseguinte, um protagonista fundamental.¹⁰

Os cristãos já estavam, de fato, se inserindo na sociedade como sujeitos civilmente legítimos, mas também como sujeitos cristãos, ou seja, entendiam a ação social e política como uma missão decorrente da fé. Esse movimento é entendido como uma ação católica no mundo e, de modo cada vez mais organizado, constituirá a grande frente mais tarde denominada precisamente como Ação Católica.

De outra parte, certamente a parte mais difícil e desafiante, desenvolve-se lentamente processos de aproximação entre o pensamento moderno e a teologia. Não obstante as conhecidas restrições e condenações, sobretudo da parte dos Papas Pio IX e Pio X, a teologia recebe os impactos do pensamento moderno, seja das ciências, seja da filosofia. As inteligências mais inquietas e atrevidas arriscaram suas legitimidades eclesiais, colocando a fé em diálogo com o pensamento moderno, em duas direções. A primeira submetendo às críticas dos métodos científicos os textos das Escrituras, a história do cristianismo e a própria Igreja. A segunda submetendo ao juízo da fé as realidades imanentes em diálogo com as conquistas e os processos modernos: as teologias das realidades terrestres de um modo geral.¹¹ Em diversas frentes e ângulos desenvolvem-se reflexões que buscam superar os parâmetros teóricos e metodológicos rígidos da velha escolástica. A história da teologia no século XX é a história desse esforço de compreender e dialogar com o mundo moderno com suas ambiguidades, concepções e práticas.

Os movimentos que eclodiram dentro da Igreja no início do século XX constituíram a versão organizada desse longo e difícil percurso de reposicionamento da fé cristã perante o mundo moderno, do ponto de vista eclesial (político) e teológico (teórico-metodológico). Há duas direções nitidamente colocadas: uma que impulsiona à Igreja para dentro da sociedade moderna, sobretudo pelas mãos dos leigos (movi-

¹⁰ Cf. *Carta Encíclica Rerum Novarum – Sobre a Condição dos Operários*. 14^a Ed. São Paulo: Paulinas, 2004, nn. 32-34.

¹¹ Cf. R. GIBELLINI, *A teologia do século X*, São Paulo: Loyola, 1998, p. 198-204. J. B. MONDIN, *Os grandes teólogos do século XX*. São Paulo: Paulus /Teológica, 2003, pp. 547-585.

¹² Cf. J. B. LIBÂNIO, *Concílio Vaticano II: Em busca de uma primeira compreensão*. São Paulo: Loyola, 2005, p. 21-48.

mentos leigos e sociais) e outra que no mesmo intento de construir caminhos para o diálogo direciona a Igreja para as suas fontes (movimento bíblico, patrístico e teológico). Os movimentos ecumênico, missionário e litúrgico estão posicionados entre os dois, na medida em que buscam os meios *de dialogar com as outras Igrejas cristãs, de evangelizar as culturas autóctones e de se comunicar com o povo de modo direto e claro*. Ambos bebem da revisão das fontes e da constatação do imperativo da realidade presente para o anúncio e vivência do Evangelho.¹² O Concílio Vaticano II é sem dúvida um fruto amadurecido desses movimentos, uma tomada de posição oficial da Igreja quando um acúmulo renovador, teórico e prático, já habitava o seio da Igreja havia algumas décadas e fornecia referências suficientes para uma oficialização, ainda que sob o regime e a lógica da preservação da tradição. Será esse precisamente o grande desafio das assembleias conciliares: encontrar o ponto de equilíbrio da legitimidade do seu próprio discurso que garantisse, ao mesmo tempo, a preservação da sagrada tradição e a incorporação das novas posturas e visões em relação ao mundo moderno. Em princípio, não haveria naturalmente lugar para um luta intestina entre os grupos tradicionais e os grupos renovadores, mas, unicamente a construção de novos consensos e novas sínteses capazes de integrar de modo mais ou menos orgânico em um conjunto maior de decisões oficiais o que a Igreja entendia como tradição a ser guardada e as novas elaborações teológicas. Portanto, além de uma assimilação tardia das renovações teoricamente já elaboradas e consolidadas nas variadas práticas, a regra da negociação se impôs no percurso conciliar, nas sessões e intersessões, exigindo não somente afinada sintonia entre os peritos e os padres, mas também articulações cuidadosas e estratégias de condução dos debates e decisões no âmbito dos grandes plenários das aulas conciliares.

Mas é preciso lembrar também do aspecto histórico externo ao evento conciliar. As mudanças históricas em curso no turbulento século XX escreviam, de fato, uma era de grandes crises e de buscas de saídas para a convivência humana. A convocação e realização do Concílio acontecem nesse clima de restauração pós-guerra, quando a traumática experiência do nazismo e da segunda guerra havia revelado o potencial destruidor das tecnologias e os riscos de sobrevivência da humanidade planetária. Também, na década seguinte, a guerra fria configurara um planeta dividido em dois grandes blocos opostos que deixavam a segurança mundial

por um fio e clamava por rumos éticos globais. A criação das Nações Unidas com suas respectivas instituições internas, os grandes avanços tecnocientíficos que haviam levado o ser humano para fora da terra, a urgência de se repensar o papel dos Estados democráticos e sua função social, a necessidade de se buscar caminhos de diálogo com os países socialistas e a presença de vários paradigmas filosóficos centrados, sobretudo, na questão da liberdade do ser humano, solicitavam da parte da Igreja novas posturas capazes de contribuir efetivamente com os rumos da humanidade. A convocação do Concílio se encaixa nessa época como o capítulo eclesial das mudanças históricas pelas quais passavam o Ocidente. Já não era mais possível a Igreja permanecer reproduzindo suas práticas pré-modernas em um mundo completamente entregue ao poder das tecnociências, conectado pelos meios de transporte e de comunicação e configurado por um regime econômico, político, social e cultural desvinculado em sua essência de finalidades ético-religiosas. No Vaticano II a Igreja buscou seu lugar nesse mundo, perguntando-respondendo sobre sua natureza e missão. Os problemas mundiais eclodiram como gritos trazidos das diversas partes do mundo dentro do Concílio e exigiram novas posturas da Igreja. Foi, portanto, num processo dialético múltiplo que incluiu lutas de posturas opostas, paralelismos irreconciliáveis e, sobretudo, de interação e consenso que o Vaticano II foi acolhendo o tempo presente como um dado real inevitável a ser discernido e a acolhido pela Igreja, em nome de sua fidelidade a Deus e ao ser humano. O tempo presente se impôs como dado histórico e como grandeza teológica, superando as posturas essencialistas que definiam previamente um mundo estático e uma Igreja igualmente estática situados em posições irreconciliáveis, como zonas de salvação e pecado.

4. A construção sócio-eclesial do Concílio

A luta pela interpretação e acolhida do mundo moderno dividiam os padres entre as frentes da renovação e da conservação; entre aqueles que já tinham a resposta pronta segundo os parâmetros da teologia escolástica e da Igreja sociedade perfeita hierarquicamente constituída por Deus e aqueles que buscavam novas formas de entender o mundo e a própria Igreja. A frente conservadora, denominada como *a minoria*¹⁵ por muitos especialistas, contava com o apoio institucional da *Cúria Romana e com conteúdos já elaborados* pelas Comissões de trabalho pré-conciliares. A frente da

¹⁵ Denominação já utilizada por especialistas durante o Concílio. Cf. KLOPP-PENBURG, *Concílio Vaticano II*. Vol. II. Petrópolis: Vozes, 1964, pp. 9-10.

renovação contava com o carisma renovador de João XXIII, com a vontade de renovação de um grande número de padres conciliares e com a contribuição competente de teólogos peritos. O Concílio foi, por essas razões, uma construção de si mesmo, desde que foi instalado como assembleia eclesial *com suas concreticidades subjetivas, eclesiais e ideológicas*, com seus capitais simbólicos e teóricos diversos e com as expectativas de renovação mantidas vivas. Fizeram-se como um processo longo de discernimento trabalhos e criações; em termos epistemológicos um processo de construção de conhecimento marcado por codificações, decodificações e recodificações que terminou produzindo uma consciência conciliar (e uma nova consciência eclesial), resultados parciais (e progressivos) e um resultado final (os variados documentos conciliares).

A construção do Concílio Vaticano II foi em termos weberianos uma façanha carismática¹⁴ que conseguiu recodificar a tradição, ainda que em pontos e aspectos, a partir do novo: o *aggiornamento* que toma formas concretas nas decisões políticas dentro da assembleia, nas reformulações de esquemas, no diálogo entre os sujeitos e na revisão da doutrina referente à Igreja, ao mundo e à relação entre ambos. Os passos do *aggiornamento*, por certo imprevisíveis na intuição primeira de João XXIII, se dão gradualmente e escrevem a história do Vaticano II que pode ser registrada nas *Acta* oficiais, nas crônicas de observadores, nas Cartas referentes aos bastidores e articulações, na cobertura inédita da mídia, nas narrativas orais de participantes e nas reflexões posteriores oferecidas pelos peritos. Os distintos ângulos desses testemunhos, inevitáveis em uma assembleia desse porte, permitem visitar a complexidade do processo e perceber o desenvolvimento do que compôs um pensamento conciliar em termos de espírito e de letra.

a) A preparação, o discurso inaugural e a primeira Sessão

O Concílio Vaticano II foi, de fato, preparado por vários sujeitos; porém por duas forças fundamentais que parecem ter corrido em paralelo: o Papa João XXIII que sustentava suas intenções renovadoras por meio de todos os seus discursos pronunciados nas mais variadas ocasiões e as Comissões de trabalho pré-conciliares. A primeira força, de caráter mais público e, evidentemente, oficial, porém movida pelo carisma espontâneo, característica marcante do Papa. Essa força criou o clima conciliar e o tornou um fato eclesial e

¹⁴ Cf. M. WEBER, *Economía y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1997, p. 193, 848.

social. A segunda força oficialmente constituída, trabalhando *ex officio* e mantendo-se no anonimato tratou de encaminhar tecnicamente o Concílio, conforme os padrões tradicionais e burocráticos. Enquanto João XXIII exercia seu carisma e criava um consenso em torno do evento sempre no otimismo da renovação, as Comissões avançavam nos seus trabalhos, segundo as regras de fidelidade à tradição (a um método e a uma teologia). Não é difícil traçar esses percursos paralelos que tinham de cada lado dois gigantes distintos e distantes, embora habitando a mesma estrutura: o Papa carismático e o burocrata tradicional, Cardeal Alfredo Ottaviani Secretário do Santo Ofício. Na prática, configurava-se um campo de forças mais ou menos velado sob os muros do Vaticano e sob as regras da fidelidade papal entre um personagem tradicional-carismático e um personagem tradicional-burocrático com suas respectivas funções e objetivos. E nenhuma delas podia contar, na verdade, com os desdobramentos do evento conciliar, embora a segurança institucional da Cúria talvez concedesse ao poderoso Cardeal e a seus pares, relativa tranquilidade em relação ao futuro, ao menos no período de preparação dos trabalhos.

As Comissões de trabalho pré-conciliares foram constituídas por João XXIII a partir de 17 de maio de 1959 (Comissão antepreparatória presidida pelo Cardeal Tardini, Secretário de Estado, e que se encarregou de fazer uma grande consulta sobre as questões a serem tratadas pelo Concílio), em 5 de junho de 1960 pelo *Motu Proprio Superno Dei* foram criadas dez comissões especiais (Teológica, Disciplina do clero e do povo cristão, Religiosos, Disciplina dos sacramentos, Liturgia, Estudos dos Seminários, Igreja Oriental, Missões, Apostolado dos Leigos) e em 12 de junho de 1961 foi instituída a grande Comissão central, presidida pelo próprio Papa, e que se responsabilizou pela condução geral dos trabalhos.

O próprio Papa atribuía às Comissões especiais o objetivo de estudar os argumentos escolhidos pelo Papa, tendo presente os votos dos bispos e as propostas dos Sagrados Dicastérios da Cúria Romana.¹⁵ De fato, as diversas Comissões reproduziam o que a administração central Igreja não somente entendia como prioridade a ser examinada no futuro Concílio, mas também o que a pensava sobre si mesma, sobre suas estruturas e dinâmicas. Em boa medida, as Comissões reproduziam a estrutura da Cúria Romana com seus assuntos e, em seu conjunto, já compunham, de certo modo, a pauta geral dos temas a serem discutidos na grande Assembleia,

¹⁵ Cf. B. KLOPPENBURG, *Concílio Vaticano II*. Vol. I. Petrópolis: Vozes, 1962, p. 56.

assim como dos conteúdos relacionados a cada uma delas. Para garantir a infraestrutura e o funcionamento do grande encontro, foram constituídos os convenientes Secretariados. O Concílio bem planejado ensejava uma Assembleia conciliar com os rumos e os passos bem definidos, como prescreve a regra de toda burocracia bem organizada. Foi dentro desse quadro institucional seguro e previsível que o Concílio inaugurou propriamente seus trabalhos em 13 de outubro de 1962. As Comissões de trabalho pré-conciliares não podiam, de fato, contar com qualquer rumo para os trabalhos que fosse esse. A partir dos trabalhos já realizados e sob a regência previsível da Cúria os trabalhos foram, de fato, inaugurados com a incumbência primeira de eleger, então, as Comissões de trabalho conciliares, sendo os seus membros escolhidos dentre os 2.500 prelados. O quadro político que se disputava à frente dos padres eleitores desenhasse entre o que se tinha de mais previsível (a continuidade da composição das Comissões pré-conciliares e, por conseguinte, o comando direto da Cúria) ou de mais incerto (a eleição de novos membros escolhidos no conjunto dos padres, o que exigia conhecimento mínimo dos candidatos). O Cardeal Ottaviani jogara a primeira carta, fazendo circular uma lista oficiosa com possíveis candidatos aos cargos. Uma reação rápida veio de fora dos quadros curiais no sentido de se buscar uma saída que permitisse aos padres conciliares as condições de escolha consciente e livre dos membros das novas Comissões. Enquanto se preparavam para a votação o Cardeal Liénart de Lille, membro da presidência toma a palavra e solicita ao Cardeal Tisserant o adiamento da votação para alguns dias. O pedido é aplaudido pela Assembleia. O Cardeal presidente da mesa anuncia que o pedido fora aceito e a Sessão foi então encerrada. Esse foi o primeiro e definitivo passo para o que se tornou cada vez mais a práxis e a regra dos trabalhos conciliares. A Assembleia assumiu o comando das atividades, rompendo com as previsibilidades dos comandos advindos dos membros *oficiais* da Cúria.¹⁶

O Concílio se desdobrou com esse intuito e direção: os padres conciliares assumem as tarefas como missão própria e como um desafio à construção das reflexões que a cada momento eram exigidas para se elucidarem os temas introduzidos nas Aulas Conciliares. A afirmação do protagonismo dos padres no decorrer da primeira Sessão foi, de fato, um grande desafio político, tendo em vista os esquemas já construídos pelas Comissões. A esse respeito comenta o perito e cronista conciliar Kloppenburg quando do início da Se-

¹⁶ Cf. G. ALBERIGO, *História do Concílio Vaticano II*, vol. II. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 43-44.

gunda Sessão: *A revolução conciliar iniciada em outubro de 1962 na Aula Conciliar manteve-se vitoriosa. Foi-lhe fácil, no ano passado, derrubar os fartos esquemas teológicos preparados cuidadosamente nos recintos do Santo Ofício e acrescenta com precisão o significado do processo inaugurado: Agora era necessário construir. E essa foi a grande tarefa da Segunda Sessão.*¹⁷ De fato, os desdobramentos seguintes foram colocando os padres conciliares no centro das reflexões e decisões, como se pôde observar no caso dos esquemas *De fontibus* e *De ecclesia*, assumidos como objeto de discussão já na primeira Sessão conciliar.

b) As Sessões e os intervalos

O elemento surpresa é inerente a todo processo de construção de projetos históricos. Sob o signo da liberdade disposta defronte ao futuro incerto, é que emergem os sujeitos responsáveis pela construção do presente, os objetivos comuns e as estratégias que vão sendo traçadas. A história conciliar pode ser definida nesse sentido preciso e genuíno de uma historicidade conscientemente assumida, na medida em que a cada evento realizado a assembleia avança na busca do sentido pretendido pela maioria dos padres, no jogo concreto da negociação e do consenso. Após a conclusão da primeira Sessão se impôs, evidentemente, a pergunta pelos passos a serem dados em direção à Sessão seguinte, planejada para o ano subsequente. As discussões difíceis iniciadas deveriam ser encaminhadas a partir do centro decisório instalado a partir dos padres conciliares. As experiências haviam ensinado que a complexidade teórica das questões e o jogo do consenso político em que estavam envolvidos exigiam uma continuidade técnica dos trabalhos no período entre as Sessões. Era de fato necessário continuar revendo profundamente os esquemas pré-conciliares. Em 6 de dezembro foi anunciado que o Papa, apoiando-se na experiência adquirida nas assembleias da primeira Sessão, dera instruções para se criar uma Comissão que desde então teria autoridade para proceder à revisão dos esquemas, preparando as Sessões seguintes. É quando se instala a *Commissio princeps*, Comissão Coordenadora, que assumirá os trabalhos conciliares sobre os esquemas que vão sendo refeitos sob todos os aspectos.¹⁸

Entrementes, a morte de João XXIII e a eleição de Paulo VI se apresentaram como um fato inédito que transcendia as decisões e as direções assumidas pelos padres no decorrer da primeira Sessão. Sem a liderança carismática do Papa João

¹⁷ B. KLOPPENBURG, *Concílio Vaticano II*. Vol. V. Petrópolis: Vozes, 1966, p. 7.

¹⁸ Cf. G. ALBERIGO, *História do Concílio Vaticano II*. Vol. II, op. cit., p. 332.

e de seu apoio direto aos padres conciliares em detrimento da Cúria Romana, a pergunta pelos rumos do Concílio se fez presente até que o novo Papa oferecesse, de fato, a resposta em seus pronunciamentos. No seu primeiro discurso, Paulo VI deixa claro que a continuidade do Concílio era uma das principais prioridades de seu pontificado. Em todos os discursos referentes ao Concílio se refere à figura do João XXIII como a grande figura idealizadora do evento. E, no dia 6 de setembro em Audiência aos participantes da Semana de Atualização Pastoral, esclarece o sentido do termo *aggiornamento*, adotado por João XXIII para designar o objetivo do Concílio.

Aplicada ao domínio eclesiástico, esta palavra indica a relação entre os valores eternos da verdade cristã e a sua inserção na realidade dinâmica, hoje extremamente mutável, da vida humana tal que é, contínua e diversamente moldada na história presente, inquieta, conturbada e fecundo. Indica ela o aspecto relativo e experimental do ministério da salvação, o qual nada tem de mais a peito do que ser eficaz, e sabe o quanto a sua eficiência é condicionada pelo estado cultural, moral, social das almas a que ele se dirige...¹⁹

¹⁹ In B. KLOPPENBURG, *Concílio Vaticano II*. Vol.II, op. cit., p. 501.

Ademais com Encíclica *Ecclesiam suam* antecipada na forma de síntese no Discurso inaugural da Segunda Sessão, ficou demarcada com clarividência a postura do novo Papa em relação aos próprios rumos do Concílio. Após evocar a memória do Predecessor diz que o Concílio *deve continuar com fiel coerência pelos caminhos indicados por João XXIII* com as seguintes finalidades: a Igreja deve tomar consciência de si mesma, reformar-se, buscar a unidade dos cristãos e dialogar com o mundo moderno. Com essas orientações ficam reforçadas as perspectivas de renovação da Igreja, de abertura para as diversidades e de diálogo com o mundo. O processo conciliar continuava seu curso sem desvios de princípios e de rumos.

A postura de Paulo VI em relação aos trabalhos conciliares não foi evidentemente a mesma de seu antecessor, embora mantendo os rumos e o *modus operandi* até então adotados. A busca de conciliação entre as forças em jogo e a intervenção mais direta nos rumos da discussão, caso de 14 de novembro de 1964, não constituíram propriamente uma mudança de rumo nos métodos de trabalho, exigindo, porém, maiores concessões da parte da maioria em relação

à minoria de perfil e projeto conservadores. De um modo geral, os trabalhos conciliares mantiveram-se em seus rumos nas Sessões e Intersessões até atingir suas conclusões em 8 de Dezembro de 1965. O mesmo rumo na direção do *aggiornamento* e o mesmo ritmo de construção não linear que, a cada dia, se fez como busca do sentido mais coerente e da palavra mais adequada para pensar a Igreja e o mundo na fidelidade à tradição e na sintonia com as novidades do mundo moderno.

e) Os múltiplos sujeitos e a composição dos textos

A Igreja vivenciou no processo conciliar a experiência de trabalho colegiado que envolveu múltiplos sujeitos operando um nítido deslocamento, operado antes de tudo no âmbito da prática, de uma prática decisória vertical descendente, tendo como apoio a autoridade teológica do Sumo Pontífice para uma prática que envolvia todos os sujeitos conciliares na busca dos significados mais coerentes para as questões da fé, de novas fundamentações para a doutrina e de novas posturas perante o mundo. Esse deslocamento foi sendo realizado sem a segurança da autoridade que predefine a doutrina, configuradas nas pessoas do Papa e da Cúria, mas com a busca permanente e laboriosa de um novo modo de apresentar a tradição da fé perante o mundo. O carisma do *aggiornamento* lançado pelo entusiasmo de João XXIII se fez postura e, progressivamente se tornou método no decorrer dos trabalhos conciliares. A assembleia foi sendo feita com múltiplos sujeitos que se envolviam de modo diferenciado nos trabalhos: o Papa, o conjunto dos Padres conciliares, os Padres investidos de funções dirigentes, as Comissões e Subcomissões, os Peritos, os Auditores e os Observadores. Em círculos concêntricos o consenso se fez regra durante os trabalhos, sem qualquer visão que oculte os conflitos e as negociações que terminavam por estabelecer o *confronto final* nas Aulas conciliares entre a maioria que pretendia renovar e a minoria que pretendia preservar a tradição anterior.

Houve, com efeito, um movimento aglutinador que permitiu um pacto crescente entre os padres conciliares que chegaram para a primeira Sessão nem qualquer experiência democrática ou colegiada, inseridos que estavam na práxis eclesial herdada do Concílio Vaticano I. Sem dúvidas, a figura carismática de João XXIII foi o centro aglutinador inicial, seguida da perspicácia de prelados de mentalidade teológica renovada, sobretudo, os oriundos dos blocos francófono e

germânico, A decisão destemida de lideranças episcopais em efetivar o *aggiornamento* da Igreja proposto pelo Papa e a presença de teólogos que dispunham dos instrumentos reflexivos para a fundamentação dessa renovação possibilitaram a construção do Concílio. Não se pode esquecer, evidentemente, que a convicção de fé que desde o primeiro anúncio do evento se fez presente como motor fundamental dos trabalhos deve ser contado como dado facilitador da renovação. A convicção profunda de que o Espírito soprava tempos novos na Igreja e no próprio mundo animou os sujeitos conciliares na busca do novo em cada momento de crise e de êxito. O eloquente o testemunho de Boaventura Kloppenburg reflete esse espírito conciliar:

É nesse sentido que a minha adesão ao Concílio foi e está sendo um trabalho de reeducação. Penso ter aprendido muita coisa Nova na Aula Conciliar. Houve um progresso real e notável na Teologia nesses últimos dois anos. Muita literatura teológica (não apenas a litúrgica) de antes de 1960 já está superada. O Concílio arrombou muitas portas. É irreversível o movimento do novo Pentecostes de João XXIII e Paulo VI.²⁰

²⁰ Cf. Idem, p. 13.

Os Documentos conciliares, as quatro Constituições, os nove Decretos e as três Declarações resultaram desse processo de construção e aprendizagem. Jamais estiveram nos seus formatos finais – no número final, no conteúdo e na linguagem – inscritos nos esquemas pré-conciliares e nem mesmo nos esquemas que foram refeitos durante os trabalhos no decorrer das Sessões e das Intersessões conciliares. Esses Documentos revelam, nesse sentido, o resultado final e normativo do que pretendeu oferecer o maior dos Concílios da Igreja ao mais ágil e turbulento dos séculos, porém remeterão sempre para as intencionalidades que estiveram em jogo no decorrer de suas construções. A pergunta pelo sentido autêntico do Concílio não dispensará jamais o recurso histórico ao processo que o construiu, quando, no jogo das distintas visões e posturas, os sujeitos demarcavam os conceitos, escreviam os textos e afinavam as concepções no espírito do *sensus ecclesiae*. O sentido das orientações conciliares não poderá ser jamais pensado à maneira da unidade tridentina, configurada pela uniformidade social e teológica, pela rigidez ritual e disciplinar da Igreja. Aliás, consiste, precisamente, na superação dessa era e na abertura de uma era marcada pelo reconhecimento das legítimas diversidades, a começar pela diversidade interna da Igreja.²¹ Nesse sentido, se pode afirmar que o Vaticano II abriu

²¹ Cf. Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, n. 92. In F. VIER. (org.) *Compêndio do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 92.

uma nova etapa para a Igreja, etapa que desde então se lança como processo de construção. O Concílio concluído foi o Concílio começado; as orientações lançaram a Igreja para o diálogo permanente com o mundo na busca do Reino de Deus que está presente na história, no discernimento dos sinais dos tempos, na solidariedade com os sujeitos que constrói de múltiplas maneiras a sociedade e na solidariedade para com os mais pobres. A Igreja que sai do Concílio está em permanente busca de si mesma e do outro na referência do Reino de Deus inaugurado por Jesus Cristo. Esse espírito faz do Concílio não um conjunto de regras dogmáticas e disciplinares fechadas, mas um carisma em curso na história, um movimento do Espírito que conduz à verdade e que exige de todos os cristãos perscrutar nos fatos presentes os desígnios de Deus.²² Há que ressaltar que o próprio estilo literário dos Documentos conciliares lança a Igreja para uma fase seguinte: de aplicação e, por conseguinte, de interpretação do seu significado. A recepção das orientações conciliares concretiza, desse modo, o próprio Concílio e revela o seu significado como evento histórico que insere a Igreja no mundo como sacramento de salvação e como perscrutadora dos sinais de Deus nas condições concretas da vida do povo de Deus e de todos os povos da terra.

²² Cf. *Idem*, nn. 4, 12 e 44.

5. As rupturas na continuidade

A flor de inesperada primavera se fez regra no percurso conciliar. Foi mais que uma bela metáfora não somente pelos frutos que se pode esperar de toda flor, mas pelo seu caráter inesperado. Ninguém, nem mesmo o Papa bondoso, poderia prever os resultados do Grande Concílio. Também os resultados conciliares foram uma inesperada primavera para a Igreja.

Os Concílios anteriores podiam prever, senão o resultado preciso, ao menos os rumos das decisões, tendo em vista os sujeitos envolvidos, os esquemas previamente preparados e o paradigma teológico-jurídico adotado como regra e linguagem; da regra se previa pela via da inferência lógica as conclusões obrigatórias que, por sua vez, se impunham aos intelectos bem versados no método dedutivo que compunham as assembleias; da linguagem nada mais que a formulação sintética e exata que dispensava por si mesmas divergências interpretativas.

A grande maioria dos vinte Concílios anteriores eram exercícios de método dedutivo com resultados previsíveis resguardados e conduzidos pela força da autoridade política

²³ Cf. G. LAFONT, *História teológica da Igreja: Itinerário e formas da teologia*. São Paulo Paulinas, 2000, pp. 81-112.

²⁴ M. WEBER, M. *Economía y sociedad*, op. cit., pp. 156-159, 180.

²⁵ B. KLOPPENBURG, *Concílio Vaticano II*. Vol. II, op. cit., p. 13.

e/ou teológica de Reis, Papas e cúria Romana. Eram exercícios de consenso de um outro tipo de personalidade o *Homo hierarchicus*²³ demarcados que eram pelos limites de poder centralizado de tipo tradicional, cuja legitimidade vem do passado santo e intocável²⁴ e cuja função é resguardar o próprio passado como sagrada tradição. Nesse esquema cultural, um Concílio existe unicamente para explicitar aquilo que não estava suficientemente claro na tradição, por limites da alma humana marcada pela ignorância e pelo pecado.

O Vaticano II se fez em um outro clima cultural que por certo *arrombou a Igreja*,²⁵ o clima da sociedade moderna que se estrutura e se dinamiza a partir do sujeito, ou seja, do indivíduo consciente, autônomo e ativo. Os padres conciliares foram inesperadamente sujeitos eclesiais de o processo conciliar não mais sobre as regras da dedução da fé e da participação do *Homo hierarchicus*, mas sobre as regras do *Homo democraticus*.

A colegialidade, antes de ser definida, foi vivenciada pelos padres, na medida em que assumiam a condução do grande Sínodo sem a tutela direta de uma autoridade maior, ainda que sob a indiscutível fidelidade ao Papa. A fidelidade fundante ao carisma do Papa progenitor teve, de fato, uma função renovadora no seio da tradição. Esse fenômeno político e religioso raro permite de forma inédita a instauração de processos renovadores por dentro das regras da preservação característica da tradição.

A regra da colegialidade com suas raízes bíblica vasa para além das regras tradicionais e burocráticas sobre as quais descansam o poder papal e de sua Cúria, e se apresentam, de fato, como um exercício pneumatocrático. É da inspiração e da força do Espírito que assiste cada sujeito eclesial que se pode chegar à autêntica verdade. Essa profissão de fé que regeu os Concílios ao longo da história, - *ao Espírito Santo e a nós pareceu bem não vos impor nenhum outro encargo mais que os necessários...* (At 15,28) - tem agora uma recepção bastante particular no contexto do Vaticano II. Por um lado, a teologia do papado concluída pelo Vaticano I (Constituição Dogmática *Pastor Aeternus*) criara uma práxis eclesial profundamente marcada pela centralidade do Magistério papal. Cada bispo era uma espécie de vigário local do Papa e um reprodutor fiel de suas definições doutrinárias, pastorais e disciplinares, ainda que o texto conciliar não afirmasse essa postura como regra. Nessas pegadas, havia inclusive os que postulavam o fim da era dos Concílios, uma vez que ao Papa foram delegadas todas as decisões da vida eclesial.

De outra parte, o próprio Papa convocara um Concílio com a ordem da renovação, com a recomendação da misericórdia e não da condenação. E mais, delegara aos padres conciliares a condução do processo, o que se mostrou mais como regra durante as crises e impasses do que propriamente uma regra prévia. O carisma da renovação intuído, desejado e recomendado por João XXIII se instalou como um dom acolhido pela fé por parte dos padres, dando início a um percurso de crescente autonomia dos padres conciliares.

Há que se dizer ainda do desafio de dialogar com o mundo moderno, sem condenações e, portanto, sem as fórmulas costumeiras dos Concílios anteriores. A tradição do diálogo com o mundo moderno era recentíssima e não oferecia acúmulo suficiente para essa grande empreitada. Pio XII havia dado os primeiros passos, ainda que tímidos, dentro de uma tradição eclesiocêntrica e dos paradigmas escolásticos.²⁶

O mundo moderno com sua incontestável autonomia já havia entrado na Igreja com seus sujeitos sócio-políticos traduzidos em sujeitos eclesiais (a atuação dos leigos) e com seu pensamento traduzido em teologia (as ciências aplicadas à teologia). Mas, ainda batiam na porta da Igreja demandas históricas relacionadas aos direitos humanos, às descobertas científicas e à autonomia política dos Estados. A Igreja teria de construir os caminhos práticos e teóricos para responder a essas demandas de forma coerente ao princípio do *aggiornamento* e do diálogo, sem, evidentemente romper com a tradição. E foi esse o rumo que tomou o Concílio: uma renovação feita sob o signo da preservação da tradição. As ambiguidades desse processo renovador são visíveis quando se confrontam os ideais e as práticas eclesiais pós-conciliares, quando se verifica a teologia da Igreja e seu corpo institucional que permanece inalterado ou, ainda, quando se pode retirar do mesmo conjunto de orientações diferentes consequências práticas e teóricas para a práxis eclesial.

O processo conciliar produziu também um resultado aberto: um conjunto de orientações que permitem leituras variadas e aplicações igualmente variadas, todas em nome do mesmo Concílio. A tese da *continuidade hermenêutica*, amplamente desenvolvida nas últimas décadas sob a gerência teológica e poleiética do Cardeal Ratzinger, se inscreve nessa condição prévia da natureza e estilo adotados pelo Vaticano II. Tanto quanto à tese da renovação, ela retira do texto os princípios da continuidade da tradição anterior, sobretudo a *do Vaticano I, e se apresenta como a interpretação legítima* das orientações conciliares.²⁷

²⁶ Cf. M. CHINIGO, op. cit.

²⁷ Cf. M. FAGGIOLI, *A luta pelo sentido*. São Paulo: Paulinas, 2013, p. 123-131.

²⁸ Cf. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* – Sobre o anúncio do Evangelho no Mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2013, nn.17 e 27

Contudo, o Papa Francisco, sem entrar no embate teórico da continuidade e da ruptura, resgata o significado renovador do Concílio e dele retira as referências para a reforma inadiável da Igreja.²⁸ A temporada da renovação da Igreja é retomada como urgência, após os episódios que precipitaram a renúncia de Bento XVI.

Considerações finais

O evento conciliar revela um processo construído pelos caminhos da fé e da razão de maneira criativa, crítica e confiante. Somente uma assembleia pautada por perspectivas realmente teológicas, iluminada por grandes teólogos e conduzidas por líderes de renovado espírito eclesial poderia *aventurar-se* na construção de um processo inédito de busca da verdade sobre a Igreja, sobre o mundo e sobre o ser humano em uma negociação franca entre a tradição consolidada da fé e as novas perspectivas abertas pelo pensamento moderno, incluindo dentro dessas as perspectivas das novas teologias. O discernimento permanente entre passado e o presente (volta às fontes) e entre a Igreja e o mundo (sinais dos tempos) conduziram o processo conciliar na busca do novo. Certamente, a memória do Papa bom com seu carisma renovador foi a referência segura para se buscar o novo no espírito da colegialidade, mesmo quando batia sobre os padres as crises e as dúvidas sobre os rumos dos debates. A maioria renovadora terminava por impor seu consenso nas votações expressivas que advinham, de fato, do diálogo aberto entre as múltiplas realidades eclesiais ali representadas. Contra toda previsibilidade, muitas vezes oferecida pelos esquemas teológicos e políticos da Cúria Romana, a grande assembleia buscava auscultar, discernir e interpretar o que estava ocorrendo nos debates e nas intenções dos padres e, evidentemente, nas intenções do Espírito. *A flor de inesperada primavera* do Papa João produzia frutos igualmente inesperados, os esquemas, os textos e os Documentos nasceram sem um consenso prévio a respeito de seus conteúdos, formas e linguagens, os resultados foram igualmente assumidos sem uma interpretação oficial que viesse ditar moldes hermenêuticos para as Igrejas locais. Qual carisma nascente o Vaticano II seguiu seu curso nas estradas do mundo e dos tempos na busca da vida eclesial mais coerente com a vontade do Mestre e mais fiel ao sopro do Espírito.

O Vaticano II recolocou a Igreja perante o mundo e perante si mesma. A consciência, a renovação e o diálogo,

apresentados por Paulo VI, como programas para o Concílio, em sua primeira Encíclica (*Ecclesiam Suam*) continuam ressoando como programáticas para os tempos atuais. O processo conciliar continua vivo na história na busca persistente de um consenso sobre o seu significado e nas múltiplas formas de recepção e desenvolvimento na esfera do pensamento e das práticas eclesiais. A racionalidade de fundo do Concílio rompe com as regras do essencialismo tradicional que tende a fixar as coisas no plano ideal, na perenidade das formulações e na absolutização da verdade. A tradição se fez ativa no seu significado mais original como transmissão atualizada da fé no contexto contemporâneo. O *aggiornamento* foi mais que uma linguagem adaptada da tradição nas condições modernas, mas, de fato, uma postura hermenêutica da fé dentro da história, sendo o discernimento um elemento inseparável da práxis cristã. O Concílio refez, em princípio, a consciência da Igreja sobre si mesma recolocando-a no curso, na dinâmica e no interior da história humana; abandonou a estabilidade ontológica das ideias e a estabilidade política da instituição hierarquicamente perfeita em nome do Deus que se faz presente na história humana. Nas palavras de Paulo VI o Concílio avançou sem medo ao extremo do homem: *A religião do Deus que se fez homem encontrou-se com a religião (...) do homem que se fez Deus* (Homilia da Missa de encerramento do Vaticano II de 7 de dezembro de 1965).²⁹ Esse encontro contínuo e crescente, feito em nome da fé no Deus que entra na história humana, lança a Igreja na busca permanente da Verdade, na busca de si mesma e do ser humano concreto situado nos diversos contextos. A Igreja *em saída é semper reformanda* e sempre reformadora do mundo. Essa constitui a substância mais original do Vaticano II que permanece buscando suas formas concretas de realização em cada tempo e lugar.

²⁹ In B. KLOPPENBURG, *Concílio Vaticano II*. Vol. V, op. cit., p. 495.

